



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão

Ata XVIII Reunião da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão - CBAP

Às 10:30 (dez horas e trinta minutos) no Auditório “Dep. Moacir Miccheletto”, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no dia 08 de agosto, deu início a XVIII Reunião da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão - CBAP

A abertura foi realizada pelo Presidente (Márcio Albuquerque) e o secretário (Fabrício Juntolli), da CBAP, parabenizam e agradeceram a presença de todos.

Aprovação da minuta da ATA da XVIII Reunião Ordinária

Ata aprovada sem ressalvas.

Informações do Plenário

Haverá uma reunião da AgGateway, que é um consórcio sem fins lucrativos de empresas que atendem ao setor agrícola. Atualmente, a AgGateway tem mais de 200 empresas associadas trabalhando em atividades de e-conectividade em oito grandes segmentos, entre eles a agricultura de Precisão e outros setores da produção agrícola.

Abimaq está com a iniciativa de construção de um banco de dados, de forma a padronizar as informações.

Agradecimento ao Deputado Adilton Sachetti, pela iniciativa de propor a lei de Agricultura de Precisão.

Dr. Molin informou sobre o Congresso Latino Americano de AP que ocorreu no Chile, onde foi criado a Associação latino Americano de AP. Reforçou a necessidade de interação do setor / CBAP com a AgGateway. Informou a organização do Conbap, a criação do minicurso.

Divulgação da iniciativa Agro+ Investimentos do MAPA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão

Gustavo Bracale – representante da SRI/MAPA – realizou a apresentação sobre a Atração de Investimentos ao Agronegócio. Comentou que o Brasil tem Grande Potencial para Atrair mais Investimentos Estrangeiros para o Agro. Como fatores favoráveis:

- Excelentes Condições de Cultivo (água-clima-terras)
- Alta produtividade: Tecnologia de ponta
- Respeito ao meio ambiente
- Participação Expressiva no Mercado Externo
- Grande Mercado Consumidor Interno
- Respeito aos contratos e à propriedade privada
- Entrada livre de capital estrangeiro com tratamento igualitário ao capital doméstico
- Legislação brasileira permite aquisições e fusões de empresas
- Há um importante mercado financeiro onde investimentos indiretos também podem ser realizados

Destacou a necessidade do Brasil ser mais agressivo na Atração de Investimentos Estrangeiros.

Informou sobre os principais Blocos Investidores Estrangeiros no Mundo, que atualmente o estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos são de US\$ 28,24 trilhões e que 95% provém da Europa, Américas Central e do Norte e Leste Asiático. América do Sul recebe menos de 3% dos recursos, sendo a falta de projetos estruturados está entre as principais razões.

Pedro Palatnik relatou que insegurança jurídica; como exemplo a questão do mercúrio, a utilização do glifosato; causa restrições ao investimento, como também as invasões do Movimento sem-terra, e a burocracia brasileira.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão

Marcio Albuquerque questionou o perfil do investidor estrangeiro, com pensamento na indústria brasileira, sendo os investidores especuladores e aventureiros que não são os ideais.

Projeto de Lei para o setor de Agricultura de Precisão – CBAP & Dep. Adilton Sachetti

A iniciática da criação da Lei para instituir a Política Nacional de Incentivo à Agricultura de O plenário sugeriu:

- Necessidade de especificar o V parágrafo (ofertar linhas de crédito para o acesso às tecnologias de agricultura de precisão, em condições adequadas de taxas de juros e prazos de pagamento).
- Adicionar a criação condições favoráveis para acessar o seguro rural para quem adotar as práticas de AP.
- Favorecer a utilização da conectividade
- Constar linhas específicas de AP para universidades
- Difusão da AP aos produtores
- Fazer referência ao plano de AP (agenda estratégica)
- Mencionar o órgão gestor do plano
- Separação do nível do produtor para capacitação do produtor rural
- A CBAP foi alertada para ter cuidado para não o credito rural, podendo ficar inviável, pois para a agricultura familiar não existem muitas burocracias ao produtor rural.
- Enquadrar AP como uma política sustentável correta, ganho ambiental, promove a sustentabilidade
- Preocupações em engessar o setor, porem utilizar macro temas, evitar a burocracia e o engessamento.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão

- Problemas de máquinas e implementos ao pequeno e médio produtor
- Necessidade de capacitação, cursos em todos os níveis de funcionários

Relatos da 14ª Internacional Conference on Precision Agriculture – ISPA

A 14ª Conferência Internacional sobre Agricultura de Precisão foi realizada em Montreal, Canadá, organizada pela Sociedade Internacional de Agricultura de Precisão (ISPA), que é uma organização científica profissional sem fins lucrativos.

Ocorreram mais de 250 apresentações orais, incluindo mais de 200 palestras científicas, 30 palestras do setor e 20 palestras plenárias, 472 participantes.

Temas relativos a conectividade, análise de dados.

As universidades estão com a iniciativa de preparar profissionais de AP de nível superior, como profissão, sendo o novo profissional do mercado.

Seguro Rural para o setor da Agricultura de Precisão

Os focos das seguradoras são na transformação do banco de dados para o conhecimento, para a melhoria das análises dos riscos no campo. O zoneamento agrícola precisa ser expandido, existe a necessidade da qualificação dos peritos para que possam conhecer melhor as cultivares e ter técnicos para capacitar desses peritos. Necessárias maiores informações dos agricultores para melhor conhecimento da propriedade, produtividade e do produtor. A necessidade de possuir um modelo de seguro agrícola sólido e sustentável, com uma gestão de colaboração mútua, sendo mais acessível menos burocrático de utilizar.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão

Maior objetivo e ter acesso a dados para estudar em organização e ver em qual área poderá ter maior ou menor risco.

Foi comentado sobre as modalidades do seguro rural, o histórico do seguro agrícola, evolução do seguro e risco agrícola, a frequência global de sinistros de grãos, as influências externas ao risco, dentre outros.

Objetivos do seguro agrícola:

- Estabilidade Econômica do produtor Rural
- Indutor do Desenvolvimento de Tecnologia no Campo
- Manutenção de Emprego no Campo
- Proteção da Produção ou da Renda do Produtor Rural
- Proteção da Oferta de Crédito para o Produtor Rural
- Equalização do Orçamento Público e Privado

Objetivos da subvenção Agrícola:

- Incentiva a demanda pelo Seguro Agrícola
- Garante a expansão e continuidade do Seguro Agrícola
- Propicia a evolução e o desenvolvimento de novos produtos
- Equalização do Orçamento Público e Privado

Objetivos do fundo de Catástrofe:

- Incentiva a oferta pelo Seguro Agrícola
- Garante a expansão e a continuidade do Seguro Agrícola
- Equalização do Orçamento Público e Privado

Devido à dinâmica e a importância da agricultura brasileira, na segurança Alimentar Mundial, a construção de um modelo de seguro agrícola sólido e sustentável só será possível sob uma gestão colaborativa (Fórum para Integração) por parte dos agentes Públicos e Privados envolvidos



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão

Para o produtor rural, o seguro Agrícola deverá ser descomplicado, acessível e coerente com as suas necessidades e especificada dessa produção e mercado no qual está inserido.

Atualização sobre os PLs de Proteção de Dados

A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

As resoluções do GDPR e o impacto do PLC 53/2018 sobre os dados no Brasil. A crescente demanda no uso de tecnologias inteligentes nos negócios baseado na transformação digital tem despertado vários dilemas éticos de como manusear e proteger os dados. Um dos mecanismos foi a partir da implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (RGPD ou GDPR), que prevê a segurança do manuseio de dados sigilosos de usuários europeus, após muitos vazamentos de dados sigilosos por parte de empresas.

Essa semana, o projeto de lei que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil foi aprovado pelo Plenário do Senado, por unanimidade. O texto garante maior controle dos cidadãos sobre as informações pessoais: exige consentimento explícito para coleta e uso dos dados, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, e obriga a oferta de opções para o usuário visualizar, corrigir e excluir esses dados. Ele também proíbe, entre outras coisas, o tratamento dos dados pessoais para a prática de discriminação ilícita ou abusiva. Já aprovado na Câmara dos Deputados, a PLC 53 segue agora para a sanção presidencial.

O relator na CAE, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), fez apenas ajustes de redação. Para ele, o Brasil perde oportunidades de investimento financeiro



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão

internacional em razão do "isolamento jurídico" por não dispor de uma lei geral de proteção de dados pessoais.

O marco legal será o ponto de partida para a implementação de uma estratégia social que coloque o indivíduo no controle efetivo dos seus dados pessoais perante terceiros. "Mais de 100 países já colocaram de pé leis e diretrizes de proteção de dados no ambiente da internet. A internet não pode ser ambiente sem regras. A privacidade é um valor civilizatório.

A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que ficará responsável pela edição de normas complementares e pela fiscalização das obrigações previstas na lei.

Levantamento do Panorama das Universidades Agrárias do Brasil

Esse tema ficou para próxima reunião

Relator

Fabício Vieira Juntolli

Coordenador da CBAP